

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Olho de São Paulo Class.: 389

Data: 09/11/80 Pg.: _____

Um barco à deriva

São Paulo

Índio Juruna não pode ganhar passaporte. Índio Juruna vai fazer o quê na Holanda? Falar no Tribunal Bertrand Russel? Falar como Índio brasileiro sem sendo dizimado? Falar lá fora o que falou aqui mesmo, que "a Funai só quer Índio bobo, que fala que está tudo bom"? Índio Juruna não tem nada que fazer lá fora. Afinal, o próprio ministro Andreazza não deixou claro que o governo brasileiro não reconhece a autoridade do Tribunal Bertrand Russel? (O que, aliás, não é vantagem nenhuma, porque o citado Tribunal pode, ao pé da letra, dar a mesma resposta ao nosso ministro e, então, será difícil contestá-lo.) Enfim, não há o que estranhar nessa recusa do governo brasileiro de permitir a Juruna comparecer a um tribunal que procura avallar, seriamente, a quantas anda o (des) respeito aos direitos da criatura humana neste mundo controlado por intolerantes e intragáveis caciques.

Curiosamente, o episódio envolvendo o cacique Juruna não está recebendo as atenções que exigiria. Dirão os pragmáticos defensores da política como abstração, que se trata de um problema menor, isolado, esquecendo-se que o mesmo se tentou argumentar sobre o caso padre Vito Miracapillo. E sabemos que não é bem assim. Quando se fere o direito de um cidadão, por menor que ele seja, Índio ou negro, e os demais se calam, abre-se uma janela para o exercício do arbítrio e da força, inclusive sobre aqueles que se julgam protegidos. E os fatos são reveladores.

Como o ato de expulsão do padre Vito, o confinamento imposto a Juruna indica uma preocupante inabilidade dos homens de governo ao tratar de questões que, longe de serem ameaças

à sua autoridade, poderiam diluir-se na química da política doméstica, sem maiores riscos à estabilidade do regime.

Tratados, entretanto, com a sensibilidade de um paquiderme, esses episódios menores transformam-se em entreatos críticos e contundentes deste melodrama rotulado de "abertura". Caem as máscaras e, quando menos se espera, o rei mostra a sua nudez. Em seguida, procuram-se remendos retóricos como os encontrados pelo ministro Abi Ackel, dizendo que o caso Miracapillo não desgastou as relações entre o Estado e a Igreja que, segundo ele, "têm objetivos comuns" e apenas "os métodos é que têm divergido". Desinformação, insensibilidade ou farisalismo? Como bom católico (ele assim se declara), cabe ao ministro escolher como qualificar sua tentativa de dizer que não houve nada. Mesmo porque ele se esquece que os métodos é que qualificam a ação. E, neste sentido, tende a aumentar, cada vez mais, o abismo que separa o trabalho pastoral da Igreja e o comportamento do governo frente às questões sociais. Só não percebe isso quem for cego... ou ministro.

A conclusão evidente é que, desde a morte de Petrônio Portella, o governo não encontrou um timoneiro para o seu projeto "lento e gradual" de conquistas democráticas. O barco segue à deriva, temendo o naufrágio ao menor vento contrário. O.M.